



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 9º PERÍODO - DATA: 18/04/2022

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Civil – Da Família
Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

Questão 01

No tocante a concepção constitucional de família assinale a alternativa incorreta:

- a) Tem prevalecido, na doutrina e na jurisprudência, especialmente na superior (STF e STJ), o entendimento pelo qual o *rol constitucional familiar* é taxativo (*numerus clausus*) e não exemplificativo (*numerus apertus*). Assim sendo, não são admitidas outras manifestações familiares, além das que estão expressamente previstas na legislação.
- b) Família mosaico ou pluriparental, aquela decorrente de vários casamentos, uniões estáveis ou mesmo simples relacionamentos afetivos de seus membros. Utiliza-se o símbolo do *mosaico*, diante de suas várias cores, que representam as várias origens. Ilustrando, A já foi casado por três vezes, tendo um filho do primeiro casamento, dois do segundo e um do terceiro. A, dissolvida a última união, passa a viver em união estável com B, que tem cinco filhos: dois do primeiro casamento, um do segundo, um do terceiro e um de união estável também já dissolvida.
- c) As novas categorias legais valorizam o afeto, a interação existente entre as pessoas no âmbito familiar. Destaque-se que a tendência é a de que tais construções sejam utilizadas em todos os âmbitos, em um sentido de complementaridade com as outras leis. Ambos os conceitos legais podem servir perfeitamente para conceituar a família contemporânea.
- d) Interpretando-se um dos dispositivos constantes desse capítulo, o art. 226 do Texto Maior, pode-se dizer que a família é decorrente dos seguintes institutos: a) Casamento civil, sendo gratuita a sua celebração e tendo efeito civil o casamento religioso, nos termos da lei (art. 226, §§ 1.º e 2.º). b) União estável entre homem e mulher, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento (art. 226, § 3.º). c) Família monoparental, comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4.º).

Questão 02

Assinale a alternativa correta:

- a) As causas suspensivas do casamento são situações de menor gravidade, relacionadas a questões patrimoniais e de ordem privada. Não geram a nulidade absoluta ou relativa do casamento, mas apenas impõem sanções patrimoniais aos cônjuges. A sanção principal é o regime da separação legal ou obrigatória de bens (art. 1.641, inc. I, do CC). O art. 1.523 do CC/2002 faz uma recomendação, prevendo que não devem casar: as pessoas já casadas.
- b) Configura impedimento para o casamento: *Viúvo ou viúva que tiver filho do cônjuge falecido enquanto não fizer o inventário dos bens do casal com a respectiva partilha, para evitar confusão patrimonial.*
- c) os impedimentos matrimoniais impossibilitam a celebração do casamento mediante procedimento administrativo que corre perante o Cartório de Registro das Pessoas Naturais.
- d) É impedido de casar o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal, o que também visa a evitar confusões quanto ao patrimônio.

Questão 03

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se um dos nubentes estiver acometido por *moléstia grave*, o presidente do ato celebrará o casamento onde se encontrar a pessoa impedida, e sendo urgente ainda que à noite. O ato será celebrado perante duas testemunhas que saibam ler e escrever. Segundo a jurisprudência, a urgência dispensa o processo de habilitação anterior.
- b) “quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de seis testemunhas, que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau”.
- c) O casamento poderá ser celebrado por procuração, desde que haja instrumento particular com poderes especiais para tanto. A eficácia do mandato não ultrapassará 60 dias da sua celebração.
- d) “o casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.” Em suma, o registro tem efeitos retroativos (*ex tunc*) até a celebração do ato.

Questão 04

Com base na hipóteses de anulação e nulidade do casamento:

- I. é anulável em 180 dias;
- II. é nulo.
- III. É anulável em 03 anos;
- IV. É anulável em 04 anos.

- casamento celebrado com infringência a impedimento matrimonial.
- casamento contraído por quem não completou a idade mínima para casar.
- casamento celebrado sob coação.
- casamento celebrado havendo erro essencial sob a pessoa do outro cônjuge.

Assinale a opção que apresenta a associação correta, segundo a ordem apresentada:

- a) III, IV, I e II.
- b) II, I, IV e III.
- c) II, III, II e I.
- d) IV, III, I e II.

Disciplina: Direito Processual Civil V Professora: Nelson Oberlander

Questão 05

Quais destas fontes não é uma fonte formal do Direito Processual Civil:

- a) () Lei.
- b) () Doutrina.
- c) () Súmula Vinculante.
- d) () Decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em controle direto de constitucionalidade.

Questão 06

Sabemos que os denominados “princípios informativos do processo civil” são formulações tidas como regras técnicas, de conteúdo extrajurídico, que servem de orientação e aplicação do direito. Marque aquele que não é considerado um “princípios informativos” do processo civil”:

- a) () Lógico.
- b) () Contraditório.
- c) () Econômico.
- d) () Político.

Questão 07

Marque a alternativa incorreta em matéria de Jurisdição:

- a) () A Jurisdição contenciosa é a atividade desenvolvida pelo Poder Judiciário de solução de conflitos, e pressupõe que as partes envolvidas não consigam chegar a um acordo por si próprias.
- b) () A Jurisdição voluntária corresponde à atividade atípica do Poder Judiciário de administração pública de interesses particulares para a preservação do interesse público.
- c) () O CPC/15 passou a prever expressamente hipótese de cooperação jurisdicional entre Tribunal Arbitral e Poder Judiciário.
- d) () Diversamente do que ocorre com a jurisdição estatal, a arbitragem é presidida por pessoas escolhidas pelo Juiz que prolatou a carta de sentença arbitral.

Questão 08

Dentre os Princípios fundamentais do Direito Processual Civil, marque aquele que não tem previsão legal expressa:

- a) () Devido processo legal.
- b) () Contraditório.
- c) () Duplo grau de jurisdição.
- d) () Duração razoável do processo.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho Professor: Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Questão 09

São considerados princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho, exceto:

- A) Princípio da liberdade de associação.
- B) Princípio da autonomia sindical.
- C) Princípio do desnível dos contratantes.
- D) Princípio da interveniência sindical na negociação coletiva.

Questão 10

Assinale a alternativa incorreta

- a) *Liberdade de fundação de sindicato*. Implica em liberdade de criar e desenvolver o sindicato e participar de suas atividades. O proselitismo lhe é inerente.
- b) *Liberdade de aderir a sindicato*, o que importa na vedação de medidas discriminatórias e vedação de práticas anti-sindicais.
- c) Na esfera da autonomia do sindicato inserem-se sua liberdade de funcionamento e sua liberdade de ação
- d) A presença dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas são indispensáveis para todas as negociações coletivas

Questão 11

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- b) enquadramento do grau de insalubridade.
- c) troca do dia de feriado
- d) número de dias de férias devidas ao empregado

Questão 12

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;
- b) banco de horas anual
- c) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas
- d) repouso semanal remunerado

Disciplina: Direito Processual Penal III Professor: André de Paula Viana

Questão 13

Em matéria de citações e intimações, é correto afirmar que:

- A - os prazos são contados da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem;
- B - nula a citação por edital que apenas indica o dispositivo da lei penal, sem transcrever a denúncia ou queixa, ou resumir os fatos em que se baseia;
- C - a citação do acusado por edital, se ele não comparecer ou constituir advogado, permite a produção antecipada de provas, sob o fundamento de decurso do tempo, e autoriza o decreto de prisão preventiva, se for o caso;
- D - nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação ou publicação da pauta, inclusive em habeas corpus.

Questão 14

Sobre citação no processo penal, é CORRETO afirmar:

- A - o processo penal poderá prosseguir, mesmo que o acusado não tenha sido pessoalmente citado;
- B - sempre será o primeiro ato de comunicação do denunciado no processo penal;
- C - estando em lugar incerto e não sabido, será citado por hora certa;
- D - estando o acusado no estrangeiro, será citado por edital.

Questão 15

Com referência a citação e intimação no processo penal, assinale a opção correta.

- A - a citação do réu preso poderá ser cumprida na pessoa do procurador por ele constituído na fase policial;
- B - as intimações dos defensores públicos nomeados pelo juízo devem ser realizadas mediante publicação nos órgãos incumbidos da publicidade dos atos judiciais da comarca, e não os havendo, pelo escrivão, por mandado ou via postal;
- C - os prazos para a prática de atos processuais contam-se da data da intimação e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem;
- D - em função dos princípios da simplicidade, informalidade e economia processual, é admissível a citação por edital e por hora certa nos procedimentos sumaríssimos perante juizado especial criminal;

Questão 16

Cara Grande, funcionário da empresa privada X, foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º do Código Penal. Recebida a denúncia, foi determinada a sua citação pelo juízo criminal. Entretanto, o oficial de justiça não conseguiu cumprir a determinação judicial. Em certidão lavrada, o meirinho registrou que o réu, na realidade, se ocultara para não ser citado. Nesse caso, segundo o Código de Processo Penal, a citação de Cara Grande será determinada por:

- A - edital, no prazo de 30 dias;
- B - hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil;
- C - edital, no prazo de 15 dias;
- D - meio do representante da empresa X, que noticiará a existência da ação penal ao réu.

~~~~~

Barreiras e obstáculos existem para serem superados, e assim, aumentar nosso conhecimento e experiência para conquistarmos nossos sonhos.